



AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NO CONTEXTO DA INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA EM UMA ESCOLA PÚBLICA MUNICIPAL DE ALAGOA GRANDE- PARAÍBA

Waldilson Duarte Cavalcante de Barros

Universidade Estadual da Paraíba, waldilsonduarte@hotmail.com

Resumo do artigo: A presente pesquisa é de natureza qualitativa, cujo objetivo foi analisar os procedimentos de avaliação adotados por professores (as) dos anos iniciais do ensino fundamental de uma instituição escolar pública municipal da Paraíba com alunos (as) com deficiências em suas turmas. A metodologia utilizada consistiu no desenvolvimento de entrevistas com os (as) professores (as) seguida da análise de conteúdo. Na análise dos dados coletados ficou comprovado de ordem geral que as concepções, opiniões e dificuldades existentes quanto a avaliação dos (as) alunos (as) com deficiências retomam, em grande parte os fatores intervenientes que dificultam a construção de uma avaliação formativa para a sala de aula como um todo. Assim, essas questões pareceu originar-se de concepções de ensino e aprendizagem de uma perspectiva tradicional, que acontece na escola sobre os quais os (as) professores (as) sente-se pressionados (as) a colocar, implementar, construir práticas pedagógicas supostamente adequados a um paradigma vigente de atenção à diversidade. Enfim, os resultados encontrados pela presente pesquisa oportunizaram alguns encaminhamentos para a formação contínua, numa perspectiva que se tenha uma prioridade da escola na organização de momentos e tempos para as trocas de experiências, estudos, planejamentos de ordem colaborativa das metodologias, procedimentos, estratégias, formas, maneiras de avaliação referentes ao trabalho com os alunos (as) com deficiências no ambiente escolar.

Palavras-chave: Avaliação, inclusão, deficiência, professores (as), formação contínua.

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa é de natureza qualitativa, cujo objetivo foi analisar os procedimentos de avaliação adotados por professores (as) dos anos iniciais do ensino fundamental de uma instituição escolar pública municipal da Paraíba com alunos (as) com deficiências em suas turmas.

Neste sentido pensamos que na atual conjuntura educacional brasileira vemos que o trabalho com a inclusão de alunos com deficiências nas instituições escolares tem sido alvo de discussão frequente no campo da educação.



Com esta proposta de pesquisa percebe-se que esta problemática no cenário mundial tem ganhado espaço, tendo como referencia a conferência Mundial sobre necessidades Educacionais Especiais: acesso e qualidade, em Salamanca – Espanha no ano de 1994.

Assim, com esta declaração ficam propostos que as escolas regulares são meios capazes de combater as atitudes discriminatórias, contribuindo com o desenvolvimento de comunidades mais abertas e solidárias, visando a constituição de uma sociedade inclusiva que, por sua vez seja capaz de promover educação para todos.

Portanto, quando falamos de escola inclusiva, estamos considerando a necessária valorização e o respeito a diversidade humana. Então, esta pesquisa vem por meio dela abordar questões curriculares relacionadas a escola inclusiva que implica diretamente na necessária discussão da avaliação da aprendizagem.

Neste ponto, é mister a retomada das discussões sobre a avaliação da aprendizagem tocante a inclusão de alunos com deficiências, o que nos exige repensar caminhos que vêm sendo adotados para a formação continuada dos professores.

Enfim, esta pesquisa nasce no intuito de encontramos respostas para seguinte questão: na atualidade em que se encontram os deficientes na escola pública, como a avaliação da aprendizagem tem se configurado nas práticas pedagógicas dos professores?

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

No contexto da educação, mais precisamente a partir dos anos 1990, debates mais consistente configuraram-se sobre a necessidade da educação para todos. Desde essa década, houve consenso por parte de muitos países acerca da universalização da educação como bandeira política da educação básica e, no conjunto desses debates, a educação dos sujeitos com deficiência vem sendo focada (GARCIA, 2008).

A entrada do aluno com deficiência nas classes comuns causa um movimento e a necessidade de busca de estratégias e formas que possibilitem uma aprendizagem eficaz, impedindo qualquer forma de exclusão.

Isso significa que, para que a escola torne-se inclusiva efetivamente, se deve pensar em formas de organização de trabalho pedagógico em que todos os alunos possam ter garantidos seu acesso e permanência, sem mecanismos de discriminação, podendo as barreiras de aprendizagem consideradas pela escola ser superadas (GLAT; BLANCO, 2009), realizando-se adequações no processo ensino e aprendizagem, de forma a satisfazer as especificidades desse aluno.



A aplicação dos princípios da inclusão na Educação exige uma grande revisão nas práticas pedagógicas tradicionais. Há objetivos a serem cumpridos por todos os alunos e, considerando uma ampla diversidade de características e necessidades dos alunos, a escola precisa envidar um enorme esforço para rever suas velhas crenças, dogmas e práticas; precisa realizar também mudanças de diferentes ordens, para atender com competência todo o alunato com ampla variação em suas experiências pré-escolares e necessidades educacionais especiais e outras necessidades extraclasse.

No entanto, apesar da democratização do acesso à escola aos alunos com deficiência, indicadores apontam que a exclusão tem-se manifestado de outras e diversas formas no sistema de ensino, sendo que tradicionalmente as práticas de avaliação desenvolvidas, baseadas, em sua maioria, em medidas quantitativas que desconsideram o processo e valorizam o produto final do aprendizado escolar, têm-se constituído em práticas pouco favoráveis à inclusão.

Com relação às deficiências, os processos de escolarização das pessoas têm-se mostrado bastante complexos, devido à especificidade de alguns quadros da deficiência; portanto, seu processo de avaliação da aprendizagem tem se caracterizado, frequentemente, da mesma forma.

Entretanto, estudos apontam que tal avaliação pode ser um instrumento capaz de reconhecer as condições da aprendizagem com respeito ao ensino (LUNT, 1995), ou seja, de identificar o que o aluno é capaz de fazer com ajuda, conforme à zona de desenvolvimento potencial, oferecendo subsídios ao planejamento da prática pedagógica do professor.

Nesse contexto, a avaliação da aprendizagem é utilizada de forma a favorecer a inclusão escolar, uma vez que oferece dados que informam a necessidade de apoio e todas as variáveis que interferem no processo de ensino e aprendizagem, possibilitando que a escola faça os ajustes necessários para garantir a apropriação do conhecimento pelos alunos com deficiências, compensando suas dificuldades e considerando suas especificidades.

Diante desse quadro, não é possível ignorar que há necessidade de se repensar o processo de avaliação da aprendizagem para os alunos com Deficiências; nesse sentido, foi realizada uma pesquisa que se propôs a investigar as concepções de um grupo de professores da rede municipal de ensino de uma cidade de Alagoa Grande – Paraíba sobre a inclusão escolar de alunos com deficiências e a avaliação da aprendizagem.



PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Tal pesquisa foi realizada em uma escola regular municipal de uma cidade do interior da Paraíba, ou melhor, na terra de Jackson do Pandeiro Alagoa Grande com a participação de cinco professores que possuíam alunos com deficiências matriculados nos anos iniciais do ensino fundamental I, sendo um professor de cada ano. A amostra constituiu-se com base no levantamento das matrículas de alunos com deficiências no ensino fundamental I e, a partir disso, na aceitação para participar da pesquisa, assinando o termo de consentimento. O instrumento utilizado para coleta de dados foi um roteiro de entrevista semiestruturado, cujos dados foram classificados em eixos temáticos e categorias de análise.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados levantados por meio das entrevistas foram classificados em quatro eixos temáticos, cada qual subdividido em categorias de análise. Avaliação da aprendizagem e deficiência na perspectiva de professores do ensino regular.

EIXO TEMÁTICO 1: CONCEPÇÃO DE DEFICIÊNCIA.

Portanto, a concepção tradicional de que a deficiência é algo inerente ao indivíduo e imutável ainda é bastante presente na concepção desses professores:

[...] acredito que deficiência seja um obstáculo que impede o ser humano a avançar. É uma limitação que de acordo com seu grau, a pessoa avança ou não no seu desenvolvimento. [...] (PROF. 2º ano)

[...] eu creio que é congênito, faltou na formação dessa criança algum elemento biológico que trouxe essa anomalia pra ele. (PROF. 3º ano)

Eu acho assim que é quando o aluno apresenta um obstáculo que impede ele a progredir no seu desenvolvimento. (PROF. 5º ano)

Oliveira (2008a, p. 132) destaca que “[...] as concepções que permeiam o cotidiano escolar ainda se pautam na ideia de que as dificuldades são individuais e que a deficiência



está instalada no sujeito [...]”; assim, desconsidera-se todo o meio, bem como as relações sociais que podem ser estabelecidas, e se culpabiliza somente o indivíduo por sua deficiência.

EIXO TEMÁTICO 2: CONCEITO DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

As categorias deste eixo são baseadas nos conceitos desenvolvidos por Lunt (1995), que considera a avaliação da aprendizagem escolar como sendo estática ou dinâmica.

O conceito e a definição de avaliação da aprendizagem, para quatro professores entrevistados, baseiam-se no sentido estrito de verificação da aprendizagem, quer dizer, testagem do que foi ensinado por meio de atividades pré-preparadas, provas e verificação dos resultados alcançados — uma avaliação estática. Seguem recortes de falas que ilustram tal definição:

Avaliação da aprendizagem pra mim é o que ficou do que foi trabalhado em classe mesmo [...] é medir, medição mesmo (PROF. 2º ano).

Como se fosse um resultado de tudo aquilo que foi trabalhado, explorado em sala e avaliação, ela vem pra dizer o que o aluno sabe, conseguiu dominar [...] (PROF.5º ano).

Os conceitos demonstrados apontam a utilização, em sua maioria, de uma avaliação apenas como medida, quantitativa, estática e tradicional, que pouco informa as possibilidades de aprendizagem dos alunos e se concentra apenas naquilo já aprendido, nos resultados.

A opção por tal avaliação revela somente níveis já atingidos pelos alunos, de acordo com critérios preestabelecidos e que não auxiliam na proposição de novas estratégias de ensino.

Nesse sentido, Luckesi (1995) destaca que a prática educativa, majoritariamente, pauta-se por uma pedagogia do exame, que o que importa para os estabelecimentos de ensino e, conseqüentemente, os professores são os resultados de provas e exames e não mais que isso, ou seja, “[...] ela centraliza a atenção nos exames; não auxilia a aprendizagem dos estudantes” (p. 25).

EIXO TEMÁTICO 3: PROCEDIMENTOS AVALIATIVOS

Para a análise dos procedimentos avaliativos, consideramos duas categorias: procedimentos avaliativos restritos e procedimentos avaliativos abrangentes. A opção por uma



avaliação estática ou dinâmica está diretamente relacionada com os tipos de procedimentos avaliativos utilizados. Foi o que demonstrou a fala do PROF. 5º ano, segundo a qual os professores que optaram por uma avaliação estática são os mesmos que desenvolveram práticas e procedimentos avaliativos restritos.

Segue um exemplo:

[...] a gente usa avaliação mesmo, a prova como instrumento [...] também tem a avaliação do dia, que eu tenho considerado bastante, no final do dia eles escrevem o que aprenderam [...]. Mas a prova que a gente usa mesmo que eu falei [...] (PROF. 5º ano).

Tal fala demonstra que os professores usam, essencialmente, procedimentos restritos para avaliação da aprendizagem e tais posições estão de acordo com uma avaliação estática, explorada anteriormente, que serve para medir e indicar o ponto de chegada dos alunos ao final de algum espaço e tempo de aprendizagem.

Essa avaliação ilustra o passado apenas e não ajuda a apontar caminhos ou outras possibilidades de aprendizagem que possam ser percorridos em diferentes processos. Hoffmann (2009) enfatiza que muitas práticas avaliativas obedecem a um forte viés linear, quer dizer, após uma sequência linear de conteúdos, há um fechamento com testes de aprendizagem referentes e a soma dos resultados obtidos em todos eles. Esses procedimentos avaliativos restritos provocam uma cisão, um distanciamento entre o avaliador — o professor — e avaliado — o aluno.

Os instrumentos que estão a esse serviço “[...] têm como função isolar a subjetividade que constitui a dinâmica escolar e dar visibilidade a resultados quantitativos que exponham o rendimento de cada estudante e que sejam compreendidos como demonstração da aprendizagem realizada” (ESTEBAN, 2003, p. 17).

EIXO TEMÁTICO 4: FUNÇÃO DOS RESULTADOS DA AVALIAÇÃO

Para análise deste eixo, foram consideradas as categorias: para reflexão da ação do professor, para reflexão da ação do aluno e para reflexão de ambos, professor e aluno. A função dos resultados da avaliação como sendo para reflexão da ação do professor foi expressa pela fala de dois professores:



Os resultados que consigo verificar está no ponto, em que nível o aluno está para a partir dali, reforçar aquilo que ele tá em deficiência [...] (PROF. 3º ano).

Serve para eu ver o que eles avançaram e o que precisa retomar para compreender os as dificuldades, assim poder planejar outras ações para sanar os entraves. (PROF. 5º ano).

Outros dois professores consideraram os resultados da avaliação com a função de reflexão da ação do aluno:

[...] é para ver em que descritores estão melhores ou piores para ser trabalhado, ele tentar melhorar o máximo possível a aprendizagem, evoluir mesmo, a evolução deles a cada bimestre, porque é uma coisa acumulativa (PROF.2º ano).

Pra ver se o aluno está caminhando bem, porque não está caminhando e diagnosticar realmente o que está acontecendo (PROF.4º ano).

Outros dois expressaram a função dos resultados da avaliação como sendo para reflexão de ambos, professor e aluno:

É avaliar o avanço que a criança teve e o trabalho que estou desenvolvendo, ao mesmo tempo, que eu avalio a criança eu avalio como eu estou trabalhando, para ver se está dando certo ou não.

Porque às vezes você trabalha um monte de coisa e hora que você vai avaliar, vê que daquela forma não está adequado (PROF.1º ano).

Principalmente pra ver se o que trabalhei deu certo e o que não deu, qual a necessidade maior deles

[...] O resultado da avaliação é diretamente com meu trabalho mesmo. [...] ela serve pra estar direcionando o que a crianças estão conseguindo ou não (PROF.4º ano).

Percebemos que não houve maior incidência num tipo de resposta, ficando equilibradas as três funções da avaliação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com esta pesquisa ficou comprovado que as práticas pedagógicas que se destinam a inclusão de alunos com deficiências é posto via os documentos legais que obriga a sua aplicabilidade de forma que possa de fato haver inclusão e não exclusão desse público.



Assim, os dados coletados mostrou que essas questões pareceu originar-se de concepções de ensino e aprendizagem de uma perspectiva tradicional, que acontece na escola sobre os quais os (as) professores (as) sente-se pressionados (as) a colocar, implementar, construir práticas pedagógicas supostamente adequados a um paradigma vigente de atenção à diversidade.

Enfim, os resultados encontrados pela presente pesquisa oportunizaram alguns encaminhamentos para a formação contínua, numa perspectiva que se tenha uma prioridade da escola na organização de momentos e tempos para as trocas de experiências, estudos, planejamentos de ordem colaborativa das metodologias, procedimentos, estratégias, formas, maneiras de avaliação referentes ao trabalho com os alunos (as) com deficiências no ambiente escolar.

Logo, são necessárias práticas escolares inclusivas, que permitam conhecer e envolver os alunos a partir de procedimentos contínuos de avaliação, favorecendo o desenvolvimento individual de cada um dele, profissional dos professores e sem dúvida uma instituição escolar que tenha como meta, foco, uma avaliação formativa para que de fato a inclusão no sentido da avaliação da aprendizagem seja desenvolvida numa perspectiva inclusiva e não excludente e, a escola e os professores são os atores responsáveis para disseminar uma educação que esteja a serviço de todos sem exclusão.

REFERÊNCIAS

- ESTEBAN, M. T. **Ser professora: avaliar e ser avaliada.** In: ESTEBAN, M. T. (Org.). Escola, currículo e avaliação. São Paulo: Cortez, 2003.
- GARCIA, R. M. C. **Políticas inclusivas na educação: do global ao local.** In: BAPTISTA, C. R.; CAIADO, K. R. M.; JESUS, D. M. (Org.). **Educação especial: diálogo e pluralidade.** Porto Alegre: Mediação, 2008.
- GLAT, R.; BLANCO, L. M. V. **Educação especial no contexto de uma educação inclusiva.** In: GLAT, R. (Org.). Educação inclusiva: cultura e cotidiano escolar. Rio de Janeiro: Sete Letras, 2009.
- HOFFMANN, J. **Avaliar para promover: as setas do caminho.** 11. ed. Porto Alegre: Mediação, 2009.
- LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem escolar.** São Paulo: Cortez, 1995.
- LUNT, I. **A prática da avaliação.** In: DANIELS, H. (Org.). Vygotsky em foco: pressupostos e desdobramentos. Campinas: Papirus, 1995.



II CINTEDI
II CONGRESSO INTERNACIONAL DE
EDUCAÇÃO INCLUSIVA
II Jornada Chilena Brasileira de Educação Inclusiva

16 a 18
NOVEMBRO
2016

LOCAL DO EVENTO
CENTRO DE CONVENÇÕES
RAYMUNDO ASFORA
GARDEN HOTEL
CAMPINA GRANDE-PB

OLIVEIRA, A. A. S. **Representações sociais sobre educação especial e deficiência: o ponto de vista de alunos deficientes e professores especializados.** 2002. 318 f. Tese (Doutorado em Educação) — Universidade Estadual Paulista, Marília, 2002.

